

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Na forma das disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir, o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas em acordo com a legislação pertinente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O panorama externo caracterizou-se pela continuidade da desaceleração econômica, especialmente nos países que integram a Comunidade Europeia. A redução na taxa de crescimento do PIB da China e as incertezas quanto à reativação da atividade econômica dos Estados Unidos, também contribuíram para o cenário nebuloso do mercado mundial em 2012.

As dificuldades enfrentadas pelas principais economias mundiais se refletiram no Brasil. O PIB brasileiro, cujo crescimento para 2012 inicialmente foi estimado em 4,0%, apresentou contínua redução de projeção ao longo do ano, culminando com uma expansão de apenas 0,9% segundo dados preliminares disponíveis.

Para 2013 o PIB brasileiro deve crescer em torno de 3,5% segundo estimativas do mercado.

De outra parte, a meta oficial de inflação, fixada em 4,5% no início do ano, foi ultrapassada, alcançando 5,8% no período, medida pelo IPCA.

A taxa básica de juros, representada pela SELIC, que em 31 de dezembro de 2011 situava-se em 11,00%, registrou sucessivas quedas ao longo do ano, situando-se em 7,25% em 31 de dezembro de 2012, refletindo uma redução de 34,1% no período.

A cotação do dólar registrou uma alta de 8,9% no ano, com a moeda norte-americana situando-se em R\$ 2,0435 em 31.12.2012.

O mercado de ações mostrou-se apático em 2012, especialmente no que se refere aos volumes de emissões para oferta pública, que somaram R\$ 8,9 bilhões no ano, contra uma média de R\$ 48,8 bilhões no período de 2005 a 2011.

As emissões de debêntures para oferta pública registradas na CVM totalizaram R\$ 50,0 bilhões no exercício, superando em 56,2% a média dos últimos 7 anos.

O desempenho do mercado acionário, avaliado pelo índice BOVESPA, indica uma sucessão de ganhos e perdas mensais, culminando com uma alta de 7,4% no exercício. Referido indicador situou-se em 60.952 pontos em 31.12.2012.

No exercício de 2012 a Companhia não efetuou novas operações de emissão de debêntures. A Administração vem acompanhando e avaliando as condições do mercado tendo em vista a realização de novas operações.

O desempenho da Companhia no exercício reflete seu nível de atividade no período. Assim, as receitas somaram R\$ 67 mil, bem como provenientes da atualização monetária de créditos tributários ainda não compensados.

As despesas totalizaram R\$ 215 mil, sendo 64,2% representadas por Provisões para Riscos Fiscais.

O resultado do exercício, impactado negativamente pelas Provisões para Riscos Fiscais e positivamente pelo ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social, está refletido em prejuízo líquido de R\$ 101 mil no período.

As contas patrimoniais não sofreram alterações relevantes no exercício, exceto a decorrente do pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 4.400 mil referente ao lucro líquido apurado no exercício de 2011. O impacto do referido pagamento ocorreu no Ativo Circulante e no Passivo Circulante.

As contas patrimoniais do Ativo e do Passivo revelam excelente nível de liquidez financeira, indicando absoluta capacidade de solvência de seus compromissos.

Os valores provisionados em razão de contenciosos que a Companhia mantém junto à Receita Federal e à Comissão de Valores Mobiliários foram atualizados até 31 de dezembro de 2012 por índices oficiais aplicáveis a cada caso. Em uma demanda impetrada contra a CVM a Administração da Companhia entendeu ser conveniente proceder o depósito judicial do valor da ação, ou seja, R\$ 42.177,00, efetuado e contabilizado no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente. Na forma da legislação vigente foi renovada a contratação dos Auditores Independentes por mais dois exercícios sociais (2012 e 2013).

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Registramos o nosso agradecimento pelo apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho dos integrantes do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom andamento das atividades da Companhia no exercício.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2012		2011		Passivo e Patrimônio Líquido	2012		2011	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.201	26.720			Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 8 (c))			4.400	4.400
Créditos a receber (Nota 5)	880	813							
	<u>23.081</u>	<u>27.533</u>			Não circulante				
Não circulante					Provisão para riscos fiscais (Nota 10)	330	192		
Impostos diferidos (Nota 3)	112	65				<u>330</u>	<u>192</u>		
Depósitos Judiciais	42				Patrimônio líquido (Nota 8)				
	<u>154</u>	<u>65</u>			Capital social	10.200	10.200		
Total do ativo	<u>23.235</u>	<u>27.598</u>			Reservas de lucros	12.705	12.806		
						<u>22.905</u>	<u>23.006</u>		
					Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>23.235</u>	<u>27.598</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2012		2011	
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial				16.416
Receitas financeiras	67	626		
Valor adicionado a distribuir	<u>67</u>	<u>17.042</u>		
Distribuição do valor adicionado				
Serviços de terceiros, taxas e emolumentos		77		104
Provisão para riscos fiscais		138		85
Impostos federais		(47)		212
Perda na alienação do investimento				2.106
Juros sobre o capital próprio a pagar				4.400
Lucros retidos	(101)	10.135		
Valor adicionado distribuído	<u>67</u>	<u>17.042</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012		2011	
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 6)			16.416	
Despesas administrativas	(77)	(104)		
Despesas tributárias		(277)		
Perda na alienação do investimento (Nota 6)		(2.106)		
Provisão para riscos fiscais (Nota 10)	(138)	(85)		
Lucro (prejuízo) operacional	<u>(215)</u>	<u>13.844</u>		
Receitas financeiras	67	626		
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>(148)</u>	<u>14.470</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47	65		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(101)</u>	<u>14.535</u>		
Lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$	<u>(0,00149)</u>	<u>0,21375</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2012		2011	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	(101)	14.535		
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:				
Resultado da equivalência patrimonial		(16.416)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(89)	(65)		
Provisão para riscos fiscais	138	85		
	<u>(52)</u>	<u>(1.861)</u>		
Variações de ativos e passivos operacionais				
Redução (aumento) em créditos a receber	(67)	4.388		
Redução em impostos e taxas a pagar		(104)		
Aumento (redução) em juros sobre o capital próprio a pagar	(4.400)	4.400		
	<u>(4.467)</u>	<u>8.684</u>		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais	<u>(4.519)</u>	<u>6.823</u>		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de investimento		75.589		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		4.023		
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>79.612</u>		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio a pagar		(4.400)		
Redução do capital social		(61.200)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(65.600)</u>		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.519)</u>	<u>20.835</u>		
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No fim do exercício	22.201	26.720		
No início do exercício	26.720	5.885		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.519)</u>	<u>20.835</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Em milhares de reais

- 1. Informações gerais**
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 07 de janeiro de 2013.
- 2. Resumo das principais políticas contábeis**
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
 - 2.1. Base de preparação**
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
 - 2.2. Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.
 - 2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**
A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge.
Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.
 - 2.4. Investimento**
O investimento foi contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 6, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro de 2011, o investimento foi integralmente alienado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Dividendos propostos	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
Em 01 de janeiro de 2011	10.200	2.040			61.417	414	74.071	
Participação no resultado abrangente de Investimento						(414)	414	
Aumento de capital social	61.200				(61.200)		(61.200)	
Redução de capital social	(61.200)							
Lucro líquido do exercício						14.535	14.535	
Destinação do resultado			10.766		(217)	(10.549)		
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,0647 por ação ordinária						(4.400)	(4.400)	
Em 31 de dezembro de 2011	<u>10.200</u>	<u>2.040</u>	<u>10.766</u>				<u>23.006</u>	
Prejuízo líquido do exercício						(101)	(101)	
Reversão reserva de dividendos			(10.766)		10.766			
Destinação do resultado					(101)		101	
Em 31 de dezembro de 2012	<u>10.200</u>	<u>2.040</u>			<u>10.665</u>		<u>22.905</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto diferido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação vigente, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de tributos.

2.7. Capital social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.8. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 21.843 (2011 - R\$ 21.927), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.843 (2011 - R\$ 21.927), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.427 (2011 - R\$ 7.455), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. Em 2012, a Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 112 (2011 - R\$ 65).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bancos - conta movimento	96	115
Aplicações financeiras	<u>22.105</u>	<u>26.605</u>
	<u>22.201</u>	<u>26.720</u>

Os recursos financeiros de caixa e equivalentes de caixa referem-se, preponderantemente, a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Créditos a receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuição social a compensar	183	167
Imposto de renda a compensar	<u>697</u>	<u>646</u>
	<u>880</u>	<u>813</u>

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Em 20 de outubro de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária - AGE foram deliberados os seguintes assuntos:

- O aumento do capital social, no valor de R\$ 61.200, mediante a incorporação de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem alteração na quantidade de ações, atendendo o disposto no Artigo nº 199 da Lei 6.404/76;
- A redução do capital social, no valor de R\$ 61.200, sem alteração da quantidade de ações, na forma do disposto Artigo nº 174 da Lei 6.404/76; e
- A forma de pagamento, aos acionistas, do valor da redução do capital social, em moeda corrente nacional e ou com outros ativos da Companhia.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

(iii) Reserva de dividendos propostos

Representa os dividendos em excesso ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com o ICPC08.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade, foi aprovada a reversão integral do saldo da Reserva de Dividendos Propostos, no montante de R\$ 10.766 mil.

Em 30 de abril de 2011, na Assembleia Geral Ordinária - AGO, por unanimidade de votos, na forma das disposições legais pertinentes e considerando que o lucro líquido obtido pela Companhia no exercício de 2010, no montante de R\$ 15.059, decorreu, prioritariamente, do resultado da equivalência patrimonial gerado por investimento, portanto até então não realizado, os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos mínimos, devendo a totalidade do lucro líquido daquele exercício ser apropriado na rubrica Reserva de Retenção de Lucros.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 4.440, que foram imputados ao pagamento do dividendo obrigatório, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

8. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

9. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 237 (R\$ 112 - em 2011) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 93.

Leonildo Migon

Presidente

Carlos Eduardo Provenzano

Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros

Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes

Contador

CRCRS 034346/0-4

CPF 139198490-00

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como a proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2012, bem como a proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos, e a justificativa da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2013, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela aprovação das referidas matérias, entendendo estarem os referidos documentos em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas.

Fernando Rodrigues

Conselheiro

José Luiz Piazza Pfitscher

Conselheiro

Cristiane Costa da Rosa

Conselheira

Porto Alegre, 21 de janeiro de 2013.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



SAWERYN & Associados S/S

Auditores Independentes

CRC RS 03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn

Sócio

Contador CRC RS 54712/O-5